

## A EDUCAÇÃO FÍSICA E A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS E DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL

Pedro Lucas Moloni Moreira. pedro.lucas.moloni@uel.br. UEL

Gisele F. L. Santos. giselesantos@uel.br. UEL.

**Linha de estudo:**

### Forma de Apresentação

Comunicação Oral

Poster

### Resumo

Este trabalho aborda a Escola de Tempo Integral no contexto do currículo escolar, referente à Educação Física, analisando seus desafios, perspectivas e impactos na formação dos estudantes. A Educação Física na Escola de Tempo Integral visa promover o desenvolvimento pleno dos alunos, abrangendo aspectos cognitivos, sociais, emocionais e físicos. Este estudo discute a implementação dessa abordagem no Brasil, considerando as políticas públicas, dificuldades estruturais e metodologias inovadoras que podem contribuir para sua efetividade. A educação de tempo integral representa um caminho promissor para a melhoria da qualidade do ensino, promovendo uma formação mais completa e significativa para os alunos. No entanto, sua implementação requer um planejamento estruturado, investimentos contínuos e um forte engajamento coletivo por parte de gestores, educadores, famílias e comunidades. Para que essa abordagem tenha êxito, é essencial a construção de uma cultura educacional que valorize o desenvolvimento pleno dos estudantes, abrangendo não apenas a dimensão cognitiva, mas também aspectos socioemocionais, culturais e físicos. Isso implica na adoção de práticas pedagógicas inovadoras, na qualificação dos professores e na oferta de espaços e recursos adequados para a aprendizagem. A escola de tempo integral representa um avanço significativo para a educação brasileira, promovendo a inclusão, a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral dos estudantes. Amparada por legislações como a LDB e o PNE, essa modalidade busca garantir uma formação mais completa, preparando os alunos para os desafios do mundo moderno. No entanto, para que esse modelo seja plenamente eficaz, é necessário superar desafios como a evasão escolar, a desigualdade educacional e a necessidade de formação continuada dos professores. Investir na escola de tempo integral é investir no futuro do país, garantindo que todos os alunos tenham acesso a oportunidades de aprendizado enriquecedoras e transformadoras.

**Palavras-chave:** Escola de tempo integral; Educação Física; Currículo.

## Desenvolvimento

### A Escola de Tempo Integral e a Legislação Brasileira

A educação de tempo integral tem ganhado destaque no debate educacional contemporâneo, sendo vista como uma alternativa para a formação cidadã e o desenvolvimento holístico dos estudantes. No Brasil, iniciativas como o Programa Mais Educação demonstram a tentativa de ampliar a jornada escolar e enriquecer o currículo por meio de atividades complementares. No entanto, a implementação efetiva desse modelo encontra desafios estruturais e pedagógicos que precisam ser analisados e superados.

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de um país. Nos últimos anos, diversas nações têm investido na melhoria de seus sistemas educacionais para oferecer um ensino de qualidade e preparar os alunos para os desafios da vida acadêmica e profissional. Nesse contexto, a escola de tempo integral surge como uma alternativa para ampliar o aprendizado, reduzir desigualdades educacionais e proporcionar um ambiente enriquecedor para os estudantes.

A escola de tempo integral se diferencia do ensino tradicional ao buscar uma formação mais ampla, considerando não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também as competências socioemocionais, culturais e físicas dos alunos. Esse modelo se fundamenta em teorias educacionais que valorizam o protagonismo discente, a aprendizagem significativa e a interação entre escola e comunidade. Ela se caracteriza por uma jornada escolar ampliada, na qual os alunos permanecem na instituição por um período maior que o tradicional, geralmente entre sete e nove horas diárias. Durante esse tempo, além das disciplinas básicas, os estudantes participam de atividades complementares, como reforço escolar, práticas esportivas, atividades culturais e oficinas diversas. Essa abordagem visa proporcionar um desenvolvimento integral, ampliando as possibilidades de aprendizado e aprimorando o desenvolvimento humano (Guará, 2006).

A implementação das escolas de tempo integral no Brasil é amparada por diversas legislações. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) prevê essa modalidade como parte das estratégias para a melhoria da qualidade do ensino. O Plano Nacional de Educação (PNE), por sua



vez, estabelece a meta de ampliar a escola de tempo integral para pelo menos 50% das escolas públicas e 25% dos alunos da educação básica.

O Brasil tem adotado diversas políticas voltadas para as escolas de tempo integral, como o Programa Novo Mais Educação e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que incentivam uma abordagem mais abrangente do ensino. Entretanto, desafios como a falta de infraestrutura, formação docente e financiamento adequado ainda dificultam a expansão desse modelo.

No cenário internacional, países como Finlândia, Alemanha e Estados Unidos já adotam modelos semelhantes. Na Finlândia, a escola de tempo integral está associada a um ensino personalizado e voltado para a criatividade, garantindo um aprendizado mais significativo. Já na Alemanha, o modelo combina educação formal com atividades extracurriculares, promovendo autonomia e habilidades práticas. Nos Estados Unidos, a escola de tempo integral é aplicada para reduzir desigualdades educacionais e oferecer suporte a alunos de baixa renda.

### **O currículo e suas implicações na Escola de Tempo Integral**

A educação escolarizada no Brasil tem passado por diversas transformações ao longo dos anos. Desde a promulgação da Lei de Ensino Primário de 1827, que determinava a criação de escolas elementares em cada município, até a Constituição de 1988, que consolidou a educação como um direito fundamental, o país tem avançado no acesso à escolarização.

A LDB de 1961 e a Constituição de 1988 foram marcos essenciais para garantir a obrigatoriedade e a gratuidade da educação. A universalização do ensino fundamental, fortalecida pelo Plano Nacional de Educação, permitiu que 98,1% das crianças entre 6 e 14 anos estivessem matriculadas ou já tivessem concluído essa etapa em 2020 (Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento do PNE, 2020). Com a Emenda Constitucional 53, em 2006, e a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), a educação ganhou novos investimentos, permitindo a ampliação do ensino integral e a valorização dos profissionais da educação.

Embora a expansão das escolas de tempo integral represente um avanço significativo, ainda há desafios a serem superados. A evasão escolar



continua sendo um problema recorrente, afetando a continuidade do aprendizado e comprometendo o futuro dos estudantes. Além disso, as desigualdades regionais na qualidade do ensino geram impactos na formação dos alunos.

Outro fator essencial é a formação continuada dos professores. O desenvolvimento profissional dos docentes é crucial para garantir um ensino de qualidade, e a relação entre professores e alunos influencia diretamente no engajamento e na motivação dos estudantes. Apesar dos benefícios da escola de tempo integral, sua implementação enfrenta desafios significativos, como:

- Infraestrutura inadequada nas escolas públicas;
- Escassez de profissionais qualificados para atuar em tempo integral;
- Resistência à mudança no modelo tradicional de ensino;
- Dificuldade na integração entre currículo formal e atividades complementares.
- Dessa maneira, a adoção de metodologias inovadoras é fundamental para a consolidação da escola de tempo integral. Algumas abordagens eficazes incluem:
  - Aprendizagem baseada em projetos;
  - Ensino híbrido, combinando atividades presenciais e digitais;
  - Parcerias com organizações sociais e culturais;
  - Avaliações formativas e personalizadas.

Segundo Sacristán e Gómez (1998, p. 155), o conteúdo passa a ser valioso e legítimo quando goza do aval social dos que tem poder para determinar sua validade; por isso, a fonte do currículo é a cultura que emana de uma sociedade. Sua seleção deve ser feita em função de critérios psicopedagógicos, mas é preciso considerar, antes de mais nada, a ideia de indivíduo e de sociedade servem.

Dessa maneira, a Educação Física, enquanto disciplina curricular, contribui significativamente para o crescimento dos alunos, tanto no aspecto motor como no social e cognitivo, proporcionando ao estudante diversas experiências e vivências culturais, além de estimular a adoção de hábitos



saudáveis desde a infância. “Além da experiência prática, a vivência efetiva das atividades corporais permite aos alunos participar, de maneira independente, em contextos de lazer e bem-estar” (BRASIL, 2018, p. 213). Refletir sobre o currículo escolar é compreender toda a estrutura da escola, especialmente quando ela se posiciona como democrática. O desenvolvimento de todos os seus envolvidos no processo de aprendizado deve visar objetivos que vão além do ambiente de sala de aula, buscando, conforme Delors (1999, p. 90), “aprendizados essenciais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo os alicerces do conhecimento para cada pessoa: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser”, considerando a realidade social dos alunos.

Contudo, há outros aspectos que justificam a inclusão dessa disciplina no currículo escolar, tornando-a um componente fundamental. Ela estimula as habilidades cognitivas, desenvolve o raciocínio, a memória, a lógica e ensina a resolver problemas, além de aprimorar competências, promovendo a concentração, a atenção, a determinação, a comunicação/expressão e o equilíbrio emocional. Ao se relacionar com os aspectos psicomotores, o ensino da Educação Física promove o domínio corporal da criança, que, ao se mover, testa seus limites, aprende diferentes formas de interagir com o próximo e com o ambiente que está inserido(a), desenvolvendo e ampliando suas habilidades motoras, ao mesmo tempo em que fortalece a autoestima. (Catunda, Laurindo, Sartori, 2014). O aluno aprende a trabalhar em equipe, reconhecendo diferentes capacidades e habilidades, como a cooperação, a colaboração e a inclusão; se prepara tanto para a vitória como para a derrota; favorece a integração entre alunos e professores, e ainda monitora e identifica questões relacionadas ao crescimento, obesidade, desnutrição, respiração, frequência cardíaca, entre outros, colaborando na construção de hábitos voltados para um estilo de vida saudável e ativo. (Catunda, Laurindo, Sartori, 2014).

A educação de tempo integral tem potencial para transformar o sistema educacional brasileiro, preparando os alunos para desafios do século XXI. Para isso, é necessário avançar na formação de professores, ampliar investimentos e fomentar a participação da comunidade no processo educativo. Além disso, a colaboração entre escolas, famílias e sociedade desempenha um papel fundamental no fortalecimento da educação integral. Parcerias com instituições



culturais, esportivas e comunitárias podem enriquecer o processo educativo, proporcionando experiências diversificadas e conectadas à realidade dos alunos.

Dessa forma, ao superar desafios estruturais e consolidar políticas públicas eficazes, a escola de tempo integral tem o potencial de transformar a experiência escolar, tornando-a mais inclusiva, dinâmica e alinhada às demandas do século XXI. Seu sucesso dependerá do comprometimento coletivo na construção de um ensino que prepare os estudantes não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade, promovendo cidadania, autonomia e realização pessoal.

## **Conclusão**

A ampliação das escolas de tempo integral é uma medida estratégica para melhorar a educação no Brasil. De acordo com o Observatório do PNE (2016), o número de matrículas na rede pública de tempo integral mais que dobrou entre 2011 e 2016, passando de 7,5% para 15,7%. Essa expansão está alinhada à Meta 6 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que visa garantir que crianças e adolescentes tenham acesso a uma educação mais ampla e igualitária.

A valorização da diversidade cultural e a implementação de metodologias inovadoras são fundamentais para garantir o sucesso desse modelo. Além disso, a integração entre currículo formal e atividades extracurriculares permite que os alunos desenvolvam habilidades essenciais para a vida em sociedade.

Para que essa abordagem tenha êxito, é essencial a construção de uma cultura educacional que valorize o desenvolvimento pleno dos estudantes, abrangendo não apenas a dimensão cognitiva, mas também aspectos socioemocionais, culturais e físicos. Isso implica na adoção de práticas pedagógicas inovadoras, na qualificação dos professores e na oferta de espaços e recursos adequados para a aprendizagem.

A escola de tempo integral representa um avanço significativo para a educação brasileira, promovendo a inclusão, a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral dos estudantes. Amparada por legislações como a LDB



e o PNE, essa modalidade busca garantir uma formação mais completa, preparando os alunos para os desafios do mundo moderno. No entanto, para que esse modelo seja plenamente eficaz, é necessário superar desafios como a evasão escolar, a desigualdade educacional e a necessidade de formação continuada dos professores. Investir na escola de tempo integral é investir no futuro do país, garantindo que todos os alunos tenham acesso a oportunidades de aprendizado enriquecedoras e transformadoras.

Dessa forma, a escola de tempo integral se firma como uma alternativa viável para fortalecer o sistema educacional brasileiro e assegurar que a educação continue sendo um direito fundamental para todos.

A escola de tempo integral representa um caminho promissor para a melhoria da qualidade do ensino, mas sua implementação requer planejamento, investimento e engajamento coletivo. O sucesso dessa abordagem depende da construção de uma cultura educacional que valorize a formação completa do aluno, considerando suas diversas dimensões de desenvolvimento.

## Referências

BRASIL. Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.**

Disponível em:

[https://www.gov.br/mec/ptbr/escolaemtempointegral/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_ver\\_saofinal.pdf](https://www.gov.br/mec/ptbr/escolaemtempointegral/BNCC_EI_EF_110518_ver_saofinal.pdf) Acesso em 25/09/2024

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **Políticas e legislação da educação básica no Brasil.** Curitiba: Ibpex, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994. LIBÂNEO, J. C. Educação: Pedagogia e Didática – O campo investigativo da pedagogia e da didática no Brasil: esboço histórico e buscas de identidade epistemológica e profissional. In PIMENTA, Selma Garrido (Org.)

PALMA, Ângela P. T. Victoria et all. **Educação Física e a organização curricular: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2021.

PALMA, Â. P. T. V. ; PALMA, J. A. V. . O ensino da educação física: princípios fundamentais para uma relação pedagógica construtivista na educação infantil e ensino fundamental. Fiep Bulletin, Brasil, v. 75, n. Special Ed, p. 91-94, 2005.



Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática**. Autores associados, 2022.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14ª edição Papyrus, 2002.

YOUNG, Michael. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Cadernos de pesquisa**, v. 44, p. 190-202, 2014.

ZOTTI, Solange Aparecida. Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial. **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: Gráfica Faculdade de Educação, p. 1-27, 2006.